

109 interrupções de gravidez no primeiro semestre de 2019

Entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2019, realizaram-se no Serviço de Saúde da Região (SESARAM) 109 interrupções voluntárias de gravidez (IVG).

Os dados disponibilizados ao DIÁRIO pelo Instituto de Administração da Saúde (IASAÚDE) revelam que relativamente ao 1.º semestre de 2018 houve um ligeiro decréscimo no total de interrupções realizadas no SESARAM: menos 3,7% (113 IVG).

A monitorização da IVG no 1.º semestre do corrente ano mostra que continuam a ser sobretudo as mulheres solteiras e com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos que, na Região, mais optam por IVG.

Entre Janeiro e Junho de 2019 houve 78 mulheres solteiras a interromper a gravidez voluntariamente, um valor que corresponde a 71,5% do total de IVG realizadas. 21 (19,3%) são casadas, 5 (4,6%) divorciadas, 1 (0,9%) viúva e 4 preferiram não identificar o estado civil.

Em termos de faixas etárias, houve 49 mulheres (44,1%) com idades compreendidas entre os 20 e os 29 a optar pelo aborto. Seguem-se aquelas com idades compreendidas entre os 30 e os 39 anos (41 ou 37,6% do total).

As informações recolhidas revelam ainda que, no período em análise, houve 2 raparigas até aos 17 anos de idade que realizaram uma IVG, assim como 6 com 18 ou 19 anos.

Na faixa etária entre os 40 e 49 anos registaram-se 12 abortos.

Sem filhos e sem interrupções anteriores

Refira-se ainda que a maioria das mulheres que recorreu à IVG não tinha filhos (48 ou 44%). 36 (33%) tinham um filho, 17 (15,6%) tinham já dois filhos e 7 (6,5%) tinham três filhos. Uma mulher tinha já mais do que três filhos.

Na maioria dos casos, as mulheres não tinham realizado interrupções anteriores (89 ou 81,7%), embora 16 já tivessem feito uma IVG anteriormente, duas já o tinham feito por duas vezes e uma já tinha feito 3 abortos previamente.

No 1.º semestre do corrente ano, todas as IVG realizaram-se por opção da mulher e não por razões clínicas ou outras.

Relativamente ao acesso ao serviço de saúde para realização da interrupção, as mulheres acediam sobretudo directamente ao serviço, por iniciativa própria (62 ou 56,9%). 27 foram encaminhadas por um serviço/médico privado e as restantes 20 foram encaminhadas por centros de saúde ou pelo próprio hospital.

Na generalidade, o tempo de gestação, aquando da intervenção, esteve entre as 4-8 semanas (87 ou 79,8%) e o tempo de espera para a consulta prévia à intervenção foi, na maioria, entre 0 e 1 dia (50 ou 45,9%).

O procedimento medicamentoso correspondeu à to-

talidade dos registos em que o tipo de procedimento utilizado na IVG foi descrito (106). Em 3 casos, o procedimento não está identificado.

A título de curiosidade, durante o 1.º semestre de 2019, o mês em que se verificou

uma maior frequência de interrupções foi Fevereiro (26 ou 23,9%), seguido de Janeiro (22 ou 20,2%) e de Maio (21 ou 19,3%)

Trabalhadoras não qualificadas residentes no Funchal

A recolha de dados realizada pelo IASAÚDE revela que, no 1.º semestre do corrente ano cerca de 28,4% (31) das mulheres que optaram por realizar uma IVG era trabalhadoras não qualificadas. 20 eram especialistas das profissões intelectuais e científicas, 18 estavam desempregadas e 13 eram estudantes. No caso do companheiro, 32 (29,4%) era agricultores, operários, artífices ou outros trabalhadores qualificados e 25 (22,9%) era trabalhadores não qualificados. 12 estavam desempregados, 11 especialistas das profissões intelectuais e científicas e 9 eram estudantes.

No que se refere ao nível de instrução, 40,3% (44) das mulheres que interromperam a gravidez tinham o Ensino Secundário. 27 tinham o 3.º Ciclo do Ensino Básico e 25 o Ensino Superior.

A maioria residia no concelho do Funchal (64 ou 58,7%), seguindo-se as residentes em Santa Cruz (13 ou 11,9%), em Câmara de Lobos (7 ou 6,4%) e Machico (6 ou 5,5%). Nos primeiros seis meses do corrente ano não se registaram IVG em mulheres residentes no concelho de São Vicente. A maioria das mulheres tem nacionalidade portuguesa (100 ou 91,7%).

Sem consultas para controlo ou prescrição de contraceptivos

O IASAÚDE revela ainda que, no último ano, a maioria das mulheres que realizou IVG entre Janeiro e Junho do corrente ano, não tinha frequentado uma consulta para controlo ou prescrição de métodos contraceptivos (87 ou 79,8%).

Entre as que frequentaram uma consulta de Planeamento Familiar, apenas 22, a maioria (12 ou 54,5%) recorreu ao serviço público de saúde (Centro de Saúde). As restantes 10 recorreram ao serviço privado.

O método contraceptivo mais prescrito após a interrupção da gravidez foi o hormonal oral ou injectável (46 ou 42,2%), seguido do Dispositivo Intra-uterino (34 ou 31,2%) e do Implante (16 ou 14,7%). 8 mulheres não quiseram que lhes fosse prescrito um método contraceptivo.

Ana Luísa Correia

In "Diário de Notícias"